Revista Diversidade e Educação

O ABORTO NAS MARGENS: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE ABORTO E EDUCAÇÃO

EL ABORTO EN LAS MÁRGENES: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA SOBRE EL ABORTO Y LA EDUCACIÓN

ABORTION ON THE MARGINS: A LITERATURE REVIEW ON ABORTION AND EDUCATION

Mirian Socal Barradas[1]
Bruna de Oliveira Jochims[2]
Priscila Tadei Nakata Zago[3]
Cristianne Maria Famer Rocha[4]

RESUMO
Objetivo: Revisar a literatura científica sobre como o aborto é tratado na Educação. Metodologia: Estudo de revisão realizado nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), EBSCO e o Catálogo de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Utilizaram-se as palavras-chave "educação" AND "aborto". Os critérios de inclusão foram artigos originais que tratavam especificamente dos temas aborto e educação formal (básica e superior), sem limite temporal. Excluíram-se estudos não disponíveis na íntegra, revisões e duplicações. A busca foi realizada em outubro de 2025. Resultados: Foram incluídos 14 estudos, divididos em três categorias: Lacuna, superficialidade e despreparo na Educação e na formação; Religião, tabu e crime; e Foco nos aspectos biológicos e importância da

[1] Jornalista e Mestranda em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
[2] Mestra em Ensino na Saúde. Hospital Nossa Senhora da Conceição, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
[3] Doutora em Enfermagem. Hospital Sanatório Partenon, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
[4] Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

transversalidade. Considerações: existe uma lacuna na abordagem do aborto na Educação, considerando-se o tabu e o preconceito de se falar sobre algo que ainda está na ilegalidade.
PALAVRAS-CHAVE: Aborto. Educação. Educação em Saúde. Direitos reprodutivos

RESUMEN
Objetivo: Revisar la literatura científica sobre cómo se aborda el aborto en la educación. Metodología: Estudio de revisión realizado en las bases de datos Scientific Electronic Library Online (SciELO), EBSCO y el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). Se utilizaron las palabras clave «educación» AND «aborto». Los criterios de inclusión fueron artículos originales que trataran específicamente los temas del aborto y la educación formal (básica y superior), sin límite temporal. Se excluyeron los estudios que no estaban disponibles en su totalidad, las revisiones y las duplicaciones. La búsqueda se realizó en octubre de 2025. Resultados: Se incluyeron 14 estudios, divididos en tres categorías: Lagunas, superficialidad y falta de preparación en la educación y la formación; Religión, tabú y delito; y Enfoque en los aspectos biológicos y la importancia de la transversalidad. Consideraciones: existe una laguna en el enfoque del aborto en la educación, teniendo en cuenta el tabú y el prejuicio que supone hablar de algo que aún es ilegal.
PALABRAS-CLAVE: Aborto. Educación. Educación en Salud. Derechos Reproductivos.

ABSTRACT
Objective: To review the scientific literature on how abortion is addressed in education. Methodology: A systematic review was conducted using the Scientific Electronic Library Online (SciELO), EBSCO, and the Thesis and Dissertation Catalog of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) databases. The search terms “education” AND “abortion” were used. The inclusion criteria were original articles that specifically addressed the topics of abortion and formal education (primary and higher), with no time limit. Studies not fully available, reviews, and duplicates were excluded. The search was conducted in October 2025. Results: Fourteen studies were included, divided into three categories: Gaps, superficiality, and lack of preparation in education and training; Religion, taboo, and crime; and Focus on biological aspects and the importance of mainstreaming. Considerations: There is a gap in the approach to abortion in education, given the taboo and prejudice surrounding discussions of a topic that remains illegal.
KEYWORDS: Abortion. Education. Health Education. Reproductive Rights.

***

Introdução

Aborto é o produto da interrupção de uma gravidez, que pode ocorrer de forma espontânea ou induzida (Wilza Villela; Regina Barbosa, 2011). Apesar de rodeado por estigmas e tabus, o aborto induzido é um evento comum, pois se estima que uma a cada sete mulheres, até os 40 anos, já provocou interrupção de gestação. É mais comum no início da vida reprodutiva, entre pessoas com menor escolaridade, negras, indígenas e em

situação de vulnerabilidade, sendo estes grupos também os que sofrem maior risco de complicações e óbitos (Debora Diniz; Marcelo Medeiros; Alberto Madeiro, 2023).

No Brasil, o aborto é permitido em apenas três situações: gravidez decorrente de estupro, anencefalia do feto e risco de vida à gestante (Brasil, 1940; Brasil, 2012a). Entretanto, mesmo nesses casos, são comuns os constrangimentos e impedimentos impostos às pessoas que desejam interromper a gestação (Angela Ruschel *et al.*, 2022). O aborto também tem sido um tema central no debate público brasileiro: nos últimos anos, diversas medidas têm sido propostas para, por um lado, restringir ou proibir completamente a interrupção voluntária da gravidez, ou, por outro, pressionar pelo maior acesso ao procedimento, entendendo o aborto como um direito reprodutivo (Flávia Biroli, 2018).

Nesse cenário, gestantes que não desejam prosseguir com a gravidez, enquadrando-se ou não nas situações permitidas por lei, recorrem a diferentes métodos, que variam conforme o meio e os recursos financeiros disponíveis. Esses incluem o uso de medicamentos clandestinos (muitas vezes falsificados), chás, métodos caseiros – como inserção de objetos perfurocortantes no útero – ou procedimentos realizados em clínicas privadas ou "casas de aborteiras" (Diniz; Medeiros, 2012; Nanda Duarte; Lorena Moraes; Cristiane Andrade, 2018; João Moisés Lapola *et al.*, 2025). Ainda, aquelas com maior disponibilidade de recursos e acesso à informação conseguem viajar ao exterior para realizar o aborto com segurança nos países onde o procedimento é legalizado (Evelyn Luz, 2024).

Em função da ilegalidade e do estigma sobre o tema, é difícil obter dados precisos sobre o aborto no Brasil. A literatura aponta que o país registra cerca de 200.000 internações por ano em função de complicações pós aborto, mas esses dados incluem apenas a rede pública (Bruno Cardoso; Fernanda Vieira; Valeria Saraceni, 2020). Em relação à mortalidade, os dados dependem de investigação adequada da causa do óbito e, por isso, há subnotificação. Mas há registros de que as complicações relacionadas ao aborto são a terceira causa de morte materna no país, com 3.648 óbitos notificados entre 1996 e 2022 (Pedro Pereira *et al.*, 2025).

Os aspectos apresentados acima acabam se configurando como urgências assistenciais, que, associados à ilegalidade da prática, contribuem para que as pesquisas sobre o aborto, nos últimos anos, estejam localizadas em hospitais públicos, universitários, situados em zonas urbanas, bem como busquem responder questões relacionadas à assistência em saúde (Diniz *et al.*, 2009). Nosso entendimento, no entanto,

é que o aborto se configura em um tema fundamental para a democracia e a cidadania, não sendo apenas um "problema de mulheres" e especificamente da área da saúde, mas da sociedade como um todo (Biroli, 2018), pois descortina questões como desigualdades sociais, racismos e acesso a direitos.

Predomina nos estudos de revisão sobre o tema a abordagem de questões assistenciais, legais e relativas à perspectiva dos direitos humanos (Ana Beatriz Melo *et al.*, 2023; Karla dos Anjos *et al.*, 2013; Karoline Fernandes; Ednéia de Sousa; Marco Aurélio Passos, 2023), havendo, portanto, uma lacuna a ser respondida, gerando a seguinte questão de pesquisa: de que forma o aborto vem sendo tratado na área da Educação? Nesse sentido, entendemos a Educação como um "conjunto de processos pelos quais indivíduos são transformados ou se transformam em sujeitos de uma cultura" (Dagmar Meyer, 2005, p. 152) e o currículo como um "lugar onde ativamente são produzidos e criados significados sociais" (Mariana Schroeter, 2017, p. 29).

Na perspectiva pós-estruturalista, na qual este estudo se insere, o currículo vai muito além daquilo que se ensina ou se pretende ensinar: é um território político que pode ser usado para regular e ordenar, mas, também pode ser um território de escape, de resistência (Marlucy Paraíso; Maria Carolina Caldeira, 2018). Ou seja, selecionar o que entra ou não em um currículo, privilegiar determinados tipos de conhecimento em detrimento de outros, bem como destacar quais identidades e subjetividades são ideais, consistem em operações de poder (Tomaz da Silva, 2005). Portanto, considerando a questão de pesquisa, este artigo tem como objetivo mapear a literatura científica sobre a forma pela qual o aborto é tratado na Educação.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa do Estado do Conhecimento que, geralmente, busca identificar, categorizar e analisar a produção do campo científico sobre determinada temática, segundo um período de tempo e área de abrangência pré-estabelecidos. Essa revisão de literatura entende que a reflexão, a síntese e o acesso à produção científica sobre o tema contribuem para a construção do conhecimento (Anne da Silva; Roberta de Souza; Vera Vasconcellos, 2020; Marília Morosini; Lorena do Nascimento; Egeslaine de Nez, 2021).

Os cinco passos metodológicos seguidos nesta revisão de literatura incluem: (1) formulação da questão de pesquisa, (2) identificação de estudos relevantes, (3) seleção dos estudos, (4) sistematização das informações, e (5) análise e tratamento dos dados.

A coleta de dados foi realizada em outubro de 2025 nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), EBSCO e no Catálogo de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizadas as palavras-chave/descritores "educação" e "aborto", utilizando o operador booleano AND, respeitando a característica de cada base de dados. Os critérios de inclusão foram artigos originais publicados nos idiomas inglês, português e espanhol que tratavam especificamente dos temas aborto e educação. Não foi estabelecido período temporal, visando a maior inclusão de estudos possíveis. Foram excluídos estudos que não estavam disponíveis na íntegra, estudos de revisões e estudos duplicados ou que não tratassem da educação formal (básica ou superior).

A seleção dos estudos ocorreu através de três etapas consecutivas. A primeira etapa se refere à leitura do título, em que deveria constar a palavra "aborto". Posteriormente, se seguiu para a leitura do resumo, e, na última etapa, se sucedeu à leitura do artigo na íntegra, que resultou na amostra final deste estudo.

Para a sistematização dos dados, elaborou-se um quadro para sintetizar as principais informações extraídas dos estudos selecionados, contendo título, objetivo, autoria, ano e Programa de Pós-graduação/Instituição de Ensino Superior (PPG/IES) para os estudos selecionados através da BDTD e periódicos para os artigos selecionados através da EBSCO e SciELO.

Em relação à análise e tratamento dos dados, ressalta-se que foi realizada a compilação dos resultados, apresentados no Quadro 1, a seguir. Para a análise, optou-se por utilizar uma síntese numérica e temática. A síntese numérica buscou descrever o total de estudos incluídos, métodos e técnicas de coleta utilizados.

Já a síntese temática buscou explorar os principais achados, considerando a pergunta de pesquisa deste estudo. A leitura na íntegra dos 14 estudos permitiu que fossem identificadas as recorrências nos achados das pesquisas. Inicialmente, foram geradas oito categorias temáticas com as questões recorrentes (lacuna; superficialidade; religião; importância da transversalidade; despreparo na Educação e na formação; foco nos aspectos biológicos; tabu; e, ilegalidade) que foram posteriormente agrupadas, por similaridade, em três categorias, para fins de análise.

Resultados e discussão

A etapa de busca retornou 295 resultados, sendo 195 estudos na BDTD, 57 artigos na EBSCO e 43 artigos publicados na SciELO. Na primeira etapa de seleção, que se deu a partir de títulos e resumos, foram selecionados 73 estudos (39 estudos na BDTD, 9 estudos na EBSCO e 25 na SciELO). Após a leitura dos resumos dos 73 textos iniciais, foram incluídos, nesta revisão, 14 estudos. Os quadros 1 e 2 apresentam a síntese dos resultados.

QUADRO 1: Trabalhos da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações analisados

Título	**Objetivo**	**Autoria/Ano**	**Programa de Pós-graduação (PPG) / Instituição de Ensino Superior (IES)**
O aborto como um problema de saúde pública: contribuições para o debate nas áreas da saúde e educação	Realizar estudos acerca das concepções sobre o aborto entre professores e alunos de diferentes níveis de ensino e propor uma estratégia para a abordagem do tema dentro das salas de aula.	Carpilovsky, Cristiane Kohler (2011)	PPG Educação em Ciências - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Representação da gravidez e aborto na adolescência: estudo de casos em São Luís do Maranhão	Buscar subsídios para a construção de propostas que auxiliem como paradigmas de prevenção para diminuir o número de gravidez não desejada e aborto entre adolescentes.	Paucar, Lilian Mery Olivera de (2003)	PPG Educação - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
A temática do abortamento no ensino de enfermagem: entre o senso comum e a consciência crítica	Analisar a abordagem do tema aborto no ensino da graduação a partir da perspectiva das enfermeiras recém-graduadas e discutir a relação entre a	Schroeter, Mariana Santana (2017)	PPG Enfermagem - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

	abordagem desse tema e as concepções das enfermeiras sobre a questão do aborto.		
"A legislação não permite, você tá ensinando isso?": uma investigação feminista antirracista sobre aborto no currículo do curso Técnico em Enfermagem do IFBA - Campus Barreiras	Compreender o currículo do curso Técnico em Enfermagem do IFBA - Campus Barreiras, com foco na assistência humanizada às mulheres em processo de abortamento	Vielmo, Paula (2021)	PPG Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

QUADRO 2: Trabalhos analisados nas bases EBSCO e Scielo

Título	**Objetivo**	**Autoria/Ano**	**Periódico**
La Educación Sexual como respuesta: Posiciones encontradas en el debate parlamentario por el aborto en la Argentina en 2018	Investigar com ferramentas de Análise do Discurso as representações sociais sobre a educação sexual que os legisladores colocaram em circulação no debate parlamentar pela legalização do aborto, na Argentina, em 2018.	Dvoskin, Gabriel (2024)	Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana
(In)congruence in assisting women in situations of abortion: what academics say about their training processes	Analisar o preparo ético, legal, biomédico e psíquico sobre o abortamento, dos acadêmicos de Enfermagem, Medicina, Psicologia e Serviço Social das instituições de ensino superior de um município do centro-oeste de Minas Gerais, Brasil.	Borges, Lídia Christina Vasconcelos; Rezende Clemente, Nathália; Netto, Luciana (2020)	Revista Mineira de Enfermagem
Formação médica e assistência aos processos de	Discutir como a formação médica, em conjunto com as	Machin, Rosana; Couto, Márcia Thereza; Rocha, Ana	Interface

abortamento: a perspectiva de residentes de duas universidades públicas em São Paulo, Brasil	biografias pessoais, experiências de vida e opiniões, influenciam na prática médica frente ao dilema moral caracterizado pelo aborto e como a vivência do cotidiano da especialidade pode contribuir para modificar ou solidificar posicionamentos dos profissionais.	Luísa Smith; Costa, Maria Renata Mencacci (2019)	
Profissionais de saúde e o aborto: o dito e o não dito em uma capacitação profissional em saúde	Analisar a visão de profissionais de saúde sobre aborto e sua relação com a prática profissional.	Lemos, Adriana; Russo, Jane Araújo (2014)	Interface
Competências adquiridas durante a formação médica e as opiniões e atitudes sobre o aborto	Avaliar e comparar o conhecimento, as atitudes e opiniões dos estudantes de Medicina quanto ao aborto no Brasil durante o evoluir do curso.	Darzé, Omar Ismail Santos Pereira; Azevêdo, Barbara Kelly Gonçalves (2014)	Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia
Objeção de Consciência e Aborto Legal: Atitudes de Estudantes de Medicina	Avaliar as atitudes de estudantes de Medicina em relação à objeção de consciência ao aborto legal.	Madeiro, Alberto; Rufino, Andréa; Santos, Paloma; Bandeira, Geisa; Freitas, Isadora (2016)	Revista Brasileira de Educação Médica
Legislação brasileira relativa ao aborto: o conhecimento na formação médica	Contextualizar a formação de graduandos de curso médico a respeito da legislação brasileira relativa ao tema.	Almeida, Margareth Aparecida Santini de; Amorim, Fernando Henrique Ramos; Barbosa, Ítalo Antunes França; Dias, Adriano; Moritz, Ione (2012)	Revista Brasileira de Educação Médica
Opinião de estudantes dos cursos de Direito e Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre o aborto no	Analisar e comparar o conhecimento e opiniões de estudantes dos cursos de Direito e Medicina sobre a questão do aborto no Brasil.	Medeiros, Robinson Dias de; Azevedo, George Dantas de; Oliveira, Emilly Auxiliadora Almeida de; Araújo, Fábio Aires; Cavalcanti,	Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia

Brasil		Francisco Jakson Benigno; Araújo, Gabriela Lucena de; Castro, Igor Rebouças (2012)	
Adolescentes estudantes: conhecimentos das complicações do aborto provocado	Identificar o conhecimento das complicações do aborto provocado e sua relação com a idade.	Correia, Divanise Suruagy; Monteiro, Vera Grácia Neumann; Cavalcante, Jairo Calado; Maia, Eulália Maria Chaves (2011)	Revista Gaúcha de Enfermagem
A faculdade de Medicina influencia a opinião dos estudantes sobre o aborto?	Investigar se a frequência à Faculdade de Medicina torna as pessoas mais permissíveis às práticas de aborto.	Lucas, Lilian Schwarz; Belmonte, Sandra Ferreira; Barros, Fernando C.; César, Juraci A. (1996)	Revista Brasileira de Educação Médica

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Dos 14 trabalhos analisados, seis (42,85%) adotam metodologia quantitativa, seis (42,85%) qualitativa e dois (14,29%) quanti-qualitativa. Em relação às técnicas de coleta de dados, um (7,14%) utiliza a análise documental; três (21,42%) utilizam entrevistas; um (7,14%) utiliza entrevistas e questionários; um (7,14%) utiliza entrevistas, questionários e grupos focais; um (7,14%) faz um estudo de caso; um (7,14%) utiliza observação participante, questionários e entrevistas; e seis (42,85%) utilizam apenas questionários. Três estudos (21,42%) tratam do aborto no ambiente escolar, 10 (71,42%) discutem como a temática é abordada na formação profissional (nível técnico e superior) e um (7,14%) analisa tanto ambiente escolar quanto formação profissional.

A Medicina é o campo mais presente nos estudos que tratam sobre formação profissional, com profissionais médicos sendo participantes de nove estudos. A Enfermagem é a segunda profissão mais presente, sendo que, em quatro estudos, é abordada a formação em nível superior (graduação) e, em um estudo, a formação em nível técnico.

Chama a atenção a pouca presença de outras profissões da área da saúde nos trabalhos analisados: profissionais do Serviço Social participaram de dois estudos, e de Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Odontologia e Terapia Ocupacional em apenas um. Os resultados vão na contramão do atendimento multiprofissional em saúde, preconizado pela literatura científica e pela legislação, que recomendam que as equipes

dos serviços de aborto legal contem com profissionais psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e médicos (Brasil, 2005; 2012b; Cássia Carloto; Nayara Damião, 2018; Mayara Martino *et al.*, 2023; Lapola *et al.*, 2025).

A partir da leitura na íntegra dos 14 estudos, foram identificadas e agrupadas temáticas recorrentes, as quais foram condensadas em três categorias temáticas, que serão discutidas na sequência: *Lacuna, superficialidade e despreparo na Educação e na formação; Religião, tabu e ilegalidade;* e *Foco nos aspectos biológicos e importância da transversalidade.*

Lacuna, superficialidade e despreparo na Educação e na formação

Os quatro trabalhos analisados que investigam a educação básica apontam uma lacuna de discussões sobre o aborto no currículo das instituições escolares. Uma das respondentes aos questionários aplicados por Divanise Correia *et al.* (2011, p. 469) diz: "deveriam discutir mais sobre o aborto na escola, pois não sabemos de quase nada". Tal achado vai ao encontro da afirmação de Raynna Paiva e Livia Cardoso (2024, p. 939), de que há um "preconceito persistente no ambiente educacional, destacando as interdições ainda presentes em relação às questões de gênero e sexualidade". Esse silenciamento sobre aborto na escola é preocupante, considerando que 52% das mulheres tinham menos de 19 anos – idade escolar, portanto – quando realizaram o primeiro aborto (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2023). Tal fato é corroborado por um estudo de revisão que sinaliza que as adolescentes são um grupo de maior risco para sofrer os malefícios do aborto ilegal, o que exige a formulação de políticas públicas que se direcionem a essa pauta (Fernandes; Sousa; Passos, 2023).

Ao analisar o ensino sobre a temática do aborto na graduação em Enfermagem, Mariana Schroeter (2017) destaca que o currículo é marcado pela ausência do tema não só na teoria, mas também na prática, sem que discentes tenham a experiência de lidar com casos de abortamento durante a formação. Tampouco se esclarecem o papel do profissional enfermeiro no aborto legal ou os trâmites e procedimentos necessários para a realização do abortamento (Schroeter, 2017). Essa lacuna se faz presente também em relação à formação em Medicina, na qual se percebe um desconhecimento dos estudantes sobre os casos em que o aborto é permitido por lei, evidenciando a ausência do tema na formação (Robinson de Medeiros *et al.*, 2012).

Ainda, Alberto Madeiro *et al.* (2016) destacam a prevalência de objeção de consciência ao aborto manifestada pelos acadêmicos. Muitos desses discentes afirmam que, além de não realizar o procedimento (mesmo em casos previstos em lei), não encaminhariam a paciente a outro profissional, infringindo a Norma Técnica do Ministério da Saúde que diz: "é dever do(a) médico(a) informar à mulher sobre seus direitos e, no caso de objeção de consciência, *deve garantir a atenção ao abortamento por outro(a) profissional* da instituição ou de outro serviço" (Brasil, 2005, p. 75, grifo nosso). Entendemos, portanto, que há uma lacuna de conhecimentos na abordagem do aborto na Educação em geral e na formação desses profissionais, que desconhecem as normas vigentes e o imperativo ético de não deixar a paciente sem atendimento.

Oito estudos analisados nesta revisão também apontam que a abordagem do tema é marcada pela superficialidade. Cristiane Carpilovsky (2011, p. 62) destaca: "os alunos enfatizam que, raramente, o tema é abordado pelos professores e, quando acontece, é de forma rápida e superficial". Os livros didáticos do Ensino Médio analisados pela autora, por exemplo, focam nas causas fisiológicas do aborto e evitam discussões éticas, políticas e sociais. Já Lilian Paucar (2003) ressalta que a maioria dos estudantes afirma ter tido aulas de educação sexual na escola – que trataram também da temática do aborto – apenas por iniciativa pontual de um ou outro professor.

A superficialidade com que é tratado o tema também se faz presente em relação à formação profissional. Schroeter (2017) afirma que a abordagem do aborto na graduação em Enfermagem é descontextualizada e resume-se à discussão de ser favorável ou contrário à prática. Destaca-se também que, no currículo do curso Técnico em Enfermagem, a prática do aborto não é contextualizada como direito reprodutivo nem como problema de saúde pública (Vielmo, 2021). Na formação em Medicina, "por tratar-se de tema polêmico, poucos docentes estariam dispostos a aprofundar-se no assunto, reconhecendo a dificuldade de discuti-lo" (Rosana Machin *et al.,* 2019, p. 6).

Uma interessante exceção é o curso de formação analisado por Adriana Lemos e Jane Russo (2014), destinado a profissionais de saúde da Atenção Primária sobre contracepção e que apresentou um módulo específico sobre aborto, aparentemente promovendo uma discussão mais aprofundada e contextualizada. A partir deste caso e em consonância com Leila Adesse *et al.* (2016) e Lapola *et al.* (2025), entendemos a importância dos espaços pedagógicos para a sensibilização dos profissionais para o manejo adequado de casos de abortamento.

Oito estudos apontam o despreparo de profissionais das áreas da Saúde e da Educação para lidarem com a temática do aborto. Professores e instituições de Educação Básica não estão preparados para abordar o tema adequadamente (Dvoskin, 2024; Carpilovsky, 2011). Tais achados convergem com as análises de Paiva e Cardoso (2024), que destacam a dificuldade enfrentada pelos docentes em abordar questões de gênero e sexualidade em sala de aula, em função dos estigmas e normas sociais que rondam as temáticas e da falta de capacitação direcionada aos professores sobre tais temas.

Na formação profissional no campo da Saúde, nota-se o "despreparo dos professores e orientadores de estágio na atuação efetiva diante de uma situação de abortamento" (Lídia Christina Borges, Nathália Clemente, Luciana Netto, 2020, p. 4). Os alunos tampouco se sentem preparados: em pesquisa com estudantes de Medicina, Margareth de Almeida *et al.* (2012) encontraram que a maioria considera não ter as habilidades e conhecimentos necessários para atender casos envolvendo abortamento na prática profissional. Tal despreparo se reflete no acolhimento das mulheres que abortaram nos serviços de saúde, com relatos frequentes sobre negligência, julgamentos e retaliações por parte das equipes de saúde (Lapola *et al.*, 2025) e na dificuldade de obtenção de informações sobre os serviços de aborto legal, descrita por Lorena Pereira, Mariane Labarrere e Paula Rita Gonzaga (2025).

Religião, tabu e ilegalidade

Seis estudos mencionam a interferência da religião na (não) discussão sobre aborto. No caso da educação básica, Paucar (2003) destaca a influência das congregações religiosas que mantêm as escolas, sendo a gravidez na adolescência e o aborto um tabu ainda maior nas instituições privadas do que nas públicas. Na formação profissional, observa-se a intervenção religiosa nos posicionamentos contrários à prática do aborto, expressos nas aulas teóricas ou na evitação ao tema (Lemos; Russo, 2014; Omar Darzé, Bárbara Azevêdo, 2014; Schroeter, 2017). Outro exemplo é mencionado por Machin *et al.* (2019): os médicos residentes em hospitais mantidos por instituições religiosas não aprendem a realizar um aborto mesmo nos casos legais, pois as instituições não realizam tal procedimento por influência religiosa.

Por outro lado, Lilian Lucas *et al.* (1996, p. 42) apontam que ter cursado o Ensino Médio em uma instituição religiosa não parece influenciar a opinião a respeito do tema: "ao contrário do esperado, os alunos [de Medicina] egressos de colégios religiosos

manifestaram-se com menos frequência totalmente contra a prática do aborto do que aqueles provenientes de escolas leigas". Em relação a isso, um estudo que analisou 941 mulheres que engravidaram após sofrerem violência sexual mostrou que 92 delas, que optaram pela desistência do aborto legal, eram do grupo que se declaravam religiosas, corroborando que há influência religiosa na decisão em abortar ou não (Renata Pimentel *et al.*, 2025). Nesse sentido, entende-se que a questão da influência religiosa encontrada nessa revisão precisa ser incluída nas abordagens sobre aborto, seja quando a questão é tratada na escola ou na formação profissional.

Oito dos 14 trabalhos que integram o *corpus* da pesquisa ressaltam o estigma associado ao aborto. Paucar (2003) comenta que o tabu é mais forte na educação básica privada, possivelmente em função da influência religiosa das mantenedoras, pois há indícios de discriminação contra adolescentes grávidas. Também se percebe o estigma do aborto como algo indesejado, causado por uma falha da educação sexual escolar (Gabriel Dvoskin, 2024; Paucar, 2003).

Na formação profissional, o tabu relacionado ao aborto dificulta a abordagem adequada do tema no curso Técnico em Enfermagem (Vielmo, 2021). Em relação à graduação em Medicina, para Machin *et al.* (2019), o meio acadêmico reforça os preconceitos e o tabu, não possibilitando aos estudantes a "construção de uma relação médico-paciente na qual haja uma postura empática e um ambiente de acolhimento para abordagem do problema". A literatura científica está em consonância com esse achado: a não-incorporação do tema ao currículo médico, a pouca exposição dos estudantes ao debate e a marginalização da assistência ao abortamento dentro da ginecologia-obstetrícia fazem parte desse processo de estigmatização e o reforçam (Adesse *et al.*, 2016).

Além disso, ressalta-se que esse estigma é produzido, reproduzido e manifestado em diferentes planos: no plano das políticas governamentais, no sistema jurídico-legal, nos discursos circulantes, entre outros. Exemplo disso são as análises de Mariana Assis e Rayani Santos (2025) sobre discursos da imprensa brasileira sobre o *misoprostol*, medicamento aprovado em 1986 no Brasil para tratamento de úlcera gástrica e que tem efeito abortivo. Desde a década de 1980, o *misoprostol* passou, nos discursos da imprensa, "de 'droga do século XXI' e grande revolução no cuidado gástrico" a um vilão perigoso, em função do seu "mau uso" como abortivo – apesar de sua popularização ter ajudado a diminuir os índices de infecções e complicações associadas ao aborto clandestino (Assis; Santos, 2025, p. 7, grifos no original).

As análises de Assis e Santos (2025) também convergem para outro aspecto encontrado em sete estudos do nosso *corpus*: o aborto tratado como crime ou pelo viés da ilegalidade. Esse fator é mais presente na formação profissional: pesquisas que abordaram apenas a educação básica não trouxeram essa questão. Entendemos que tal achado se deve à possibilidade de responsabilização penal do profissional de saúde que realiza abortos fora das permissões legais. Nesse sentido, alguns profissionais adotam estratégias como omitir no prontuário a informação de que a paciente realizou um abortamento induzido, como um meio de proteção do profissional e da paciente, caso seja levantada a hipótese, em algum momento, de aborto provocado (Machin *et al.,* 2019). Mas a mulher que pratica o aborto também viola a maternidade compulsória: o aborto "é mais do que uma afronta, é uma impossibilidade punida com muito rigor, advindo tanto das leis sociais quanto das leis sagradas" (Vielmo, 2021, p. 148).

Estudo de revisão, que possibilitou uma discussão acerca da forma como o aborto é tratado no Brasil e em países nos quais é legalizado, destaca que a legalização da prática no cenário nacional tem potencial para trazer melhorias tanto na saúde das mulheres quanto na prática dos profissionais. Tal fato se deve à redução da exposição das mulheres aos riscos do aborto ilegal, e também dos profissionais, que, por estarem legalmente autorizados, poderiam qualificar ainda mais a assistência prestada a esses casos, pois não correriam mais o risco de serem apontados e/ou responsabilizados por algo criminoso (Melo *et al.,* 2023).

Foco nos aspectos biológicos e importância da transversalidade

Tanto na educação básica quanto na formação profissional, o aborto é tratado majoritariamente sob a ótica biológica, temática presente em oito estudos. Os profissionais estudam o aborto dentro do paradigma biomédico e visando apenas a promoção de competências técnicas (Darzé e Azevêdo, 2014), com foco na fisiopatologia do aborto, que é tratado como uma intercorrência da gestação e sem considerar dimensões sociais, éticas ou epidemiológicas (Schroeter, 2017; Vielmo, 2021). A ênfase no aspecto biomédico vem de longa data: a partir de análise de teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1840 e 1931, Fabíola Rohden (2021) aponta que a maioria dos 66 trabalhos do período, que tratavam do tema do aborto, o faziam a partir do viés puramente biológico.

Na escola não é diferente: Carpilovsky (2011) identificou que livros didáticos de Biologia usados no Ensino Médio adotam uma abordagem extremamente sucinta e com caráter biologizante. Outras pesquisas encontraram resultados similares a respeito de temas semelhantes, como a de Lívia Cardoso (2018) que, a partir de análise dos discursos de livros didáticos de Ciências dos Anos Finais do Ensino Fundamental, aponta que a sexualidade é vista pelo viés biológico e higienista, com vistas à reprodução, dentro de um modelo heteronormativo e reforçando o papel da mulher como mãe e cuidadora. Para Cardoso (2018), um fator contribuinte é a superficialidade das diretrizes sobre gênero e sexualidade dos editais e guias do Programa Nacional do Livro Didático, que direcionam a seleção das coleções a serem usadas nas escolas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vigente também enfoca questões de gênero e sexualidade pelo viés estritamente biológico, centrando-se em questões reprodutivas (Paiva; Cardoso, 2024).

Por outro lado, sete textos selecionados nesta revisão reforçam como o tema deveria ser abordado sob o viés da transversalidade**.** Carpilovsky (2011) indica que os Parâmetros Curriculares Nacionais definem o aborto como tema transversal na Educação Básica; enquanto Vielmo (2021, p. 174) sustenta que "a temática pode ser trabalhada em praticamente todos os componentes curriculares [do curso Técnico em Enfermagem]". Um estudo de revisão que analisou a abordagem do aborto na saúde pública destaca que apesar da busca das mulheres por direitos, como acesso à saúde, ser de longa data, as abordagens a partir da perspectiva dos direitos humanos ainda são muito incipientes (Anjos *et al.,* 2013). A partir disso, entende-se que a não regulamentação do aborto como um direito da mulher sobre seu próprio corpo caminha na direção contrária da necessidade de ampliar a temática de forma transversal, isto é, para além de questões técnico-assistenciais da área da saúde.

A transversalidade, por outro lado, também poderia ser uma possível saída para o círculo vicioso criado pelas dificuldades apresentadas nos artigos analisados (lacuna, superficialidade, despreparo, influência religiosa, tabu, ilegalidade e foco nos aspectos biológicos), considerando que estão interconectados e se retroalimentam. O estigma do aborto (influenciado não apenas, mas também por doutrinas religiosas) leva às lacunas e à superficialidade na abordagem do tema, que acaba sendo focada nos aspectos biológicos e tratando da prática pelo viés da ilegalidade. Com isso, profissionais da Saúde e da Educação não estão devidamente preparados para lidar com o aborto nas suas rotinas de trabalho, o que reforça o estigma em relação à prática.

A transversalidade, nesse sentido, permitiria a abordagem da temática sob a ótica de diferentes campos do conhecimento e perspectivas. Assim, o aborto, mais do que uma mera "intercorrência da gestação" (Vielmo, 2023 p. 116), "uma coisa de polícia" (Pereira; Labarrere; Gonzaga, 2025, p. 13) ou o resultado de um "mau uso" de um medicamento gástrico (Assis; Santos, 2025, p. 7), poderia passar a ser visto, tratado, trabalhado, ensinado como um evento comum na vida das mulheres, que envolve questões éticas, sociais, epidemiológicas, raciais, legais e de direitos. Afinal, o silenciamento sobre a criminalização do aborto, além de não impedir que ele ocorra, coloca em risco a vida e a dignidade de mulheres, especialmente as racializadas e em situação de vulnerabilidade.

Considerações Finais

Os achados deste estudo revelam que o aborto está "nas margens" da Educação, tanto básica quanto a profissional, para usar a expressão de Vielmo (2021). Apesar de mais presente na formação profissional do que na Educação Básica, de acordo com os resultados encontrados, em ambos os níveis educacionais, observam-se lacunas e silenciamentos sobre o tema, abordado dentro de um paradigma biomédico e desconsiderando questões sociais, como a maior vulnerabilidade de mulheres negras a complicações e óbitos por abortos inseguros.

Este estudo evidencia a importância de espaços de formação transversais que contextualizem e aprofundem a discussão sobre o aborto, indo além dos aspectos fisiológicos ou jurídico-legais. A formação de profissionais de saúde é uma necessidade que não pode ser ignorada, uma vez que a atuação destes profissionais é um dos fatores que favorece ou dificulta o acesso das mulheres ao aborto legal. O despreparo desses profissionais pode impedir o acesso das mulheres ao aborto, atrasar o atendimento relacionado a complicações de abortos clandestinos e até incorrer em risco de vida às mulheres (Almeida, 2012; Villela; Barbosa, 2011).

Se, no âmbito da formação profissional, a abordagem do tema é escassa e insuficiente, na Educação Básica o cenário é ainda mais grave. Apesar da prevalência de adolescentes que realizam o aborto, o tema é pouco – ou quase nada – tratado na escola, e, quando isso ocorre, é por iniciativas pontuais de um ou outro professor e normalmente dentro da disciplina de Ciências/Biologia. O silenciamento contribui para o estigma e o desconhecimento dos adolescentes sobre os permissivos legais, as possíveis complicações

de um aborto clandestino e quais estratégias de redução de danos podem ser adotadas em caso de abortamento.

Referências

ADESSE, Leila *et al.* Aborto e estigma: uma análise da produção científica sobre a temática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 12, p. 3819–3832, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001203819&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 09 dez. 2025.

ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de *et al.* Legislação brasileira relativa ao aborto: o conhecimento na formação médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 2, p. 243–248, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022012000400013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 04 dez. 2025.

ANJOS, Karla Ferraz dos *et al.* Aborto e saúde pública no Brasil: reflexos sob a perspectiva dos direitos humanos. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 504-515, jul/set 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/yTbJpmr9CbpSvzVKggKsJdt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 dez. 2025.

ASSIS, Mariana Prandini; SANTOS, Rayani Mariano dos. De "droga do século XXI" a "abortivo vendido ilegalmente": a vida midiática do misoprostol no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 40, p. e40032, 2025. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092025000100527&tlng=pt. Acesso em: 05 dez. 2025.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, Lídia Christina Vasconcelos; CLEMENTE, Nathália Rezende; NETTO, Luciana. (In)congruência na assistência às mulheres em situação de abortamento: o que dizem os acadêmicos sobre seus processos formativos. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 24, n. 1, p. 1–10, 8 jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/49954. Acesso em: 04 dez. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei 2848. **Código Penal Brasileiro**. Brasília, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54.** Min. Marco Aurélio Mello, 12 abr. 2012a. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2226954. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes**. 2012b. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf. Acesso em: 07 dez. 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.508, de 1 de setembro de 2005 e anexos**. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1508_01_09_2005.html. Acesso em: 07 dez. 2025.

CARDOSO, Livia. Relações de gênero nos materiais curriculares de Ciências: o Programa Nacional do Livro Didático de Ciências em questão. *In*: PARAÍSO, Malucy; CALDEIRA, Maria Carolina (Orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 93–113.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena Dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. supl 1, p. e00188718, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020001305001&tlng=pt. Acesso em: 19 nov. 2025.

CARLOTO, Cássia Maria; DAMIÃO, Nayara André. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 306–325, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200306&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 03 dez. 2025.

CARPILOVSKY, Cristiane Köhler. **O aborto como um problema de saúde pública: contribuições para o debate nas áreas de saúde e educação**. Tese (Doutorado em Educação em Ciências - Química da Vida e Saúde) — Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3522. Acesso em: 10 dez. 2025.

CORREIA, Divanise Suruagy *et al.* Adolescentes estudantes: conhecimentos das complicações do aborto provocado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 32, n. 3, p. 465–471, set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472011000300005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 04 dez. 2025.

DARZÉ, Omar Ismail; AZEVÊDO, Bárbara Kelly. Competências adquiridas durante a formação médica e as opiniões e atitudes sobre o aborto. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 36, n. 1, p. 5–9, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgo/a/9Dgd9Mqj3QvwQTLgdV99xMB/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 dez. 2025.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 7, p. 1671–1681, jul. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 09 dez. 2025.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. National Abortion Survey - Brazil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 6, p. 1601–1606, jun. 2023.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232023000601601&tlng=en. Acesso em: 25 dez. 2024.

DINIZ, Debora *et al.* Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 4, p. 939–942, abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000400025&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 09 nov. 2025.

DUARTE, Nanda Isele Gallas; MORAES, Lorena Lima de; ANDRADE, Cristiane Batista. A experiência do aborto na rede: análise de itinerários abortivos compartilhados em uma comunidade online. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3337–3346, out. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001003337&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 09 dez. 2025.

DVOSKIN, Gabriel. La Educación Sexual como respuesta. Posiciones encontradas en el debate parlamentario por el aborto en la argentina en 2018. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 40, p. e22218, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/N5mfQf3tBJDtQJZqHKxtjzn/?format=html&lang=es. Acesso em: 10 dez. 2025.

FERNANDES, Karoline Silva; SOUSA, Edneia de; PASSOS, Marco Aurélio Ninômia. O aborto na vida das adolescentes e mulheres: uma revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v.6, n. 13, p. 2127-2136, 2023. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/802/754. Acesso em 17. dez. 2025.

LAPOLA, João Moisés Oliveira *et al.* Abortamento inseguro e o acolhimento em saúde: uma revisão de escopo. **Espaço para a Saúde - Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 26, p. 1–13, 20 jun. 2025. Disponível em: https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/1060/742. Acesso em: 09 dez. 2025.

LEMOS, Adriana; RUSSO, Jane Araújo. Profissionais de saúde e o aborto: o dito e o não dito em uma capacitação profissional em saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. 49, p. 301–312, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000200301&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 04 dez. 2025.

LUCAS, Lilian *et al.* A faculdade de Medicina influencia a opinião dos estudantes sobre o aborto? **Revista Brasileira de Educação Médica**, 1996. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/YwXwRkcgvSQD8fLYV4Gd8WQ/?format=html&lang=pt: Acesso em: 10 dez. 2025.

LUZ, Evelyn. **Latin american transnational feminist solidarity:** Alliance for Safe Abortion Access. Dissertação (Master of Arts, Women and Gender Studies) — Utrecht University, Utrecht, 2024. Disponível em: https://studenttheses.uu.nl/handle/20.500.12932/47664. Acesso em: 2 dez. 2024.

MACHIN, Rosana *et al.* Formação médica e assistência aos processos de abortamento: a perspectiva de residentes de duas universidades públicas em São Paulo, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. 1–15, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100243&tlng=pt. Acesso em: 04 dez. 2025.

MADEIRO, Alberto *et al.* Objeção de Consciência e Aborto Legal: Atitudes de Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 1, p. 86–92, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022016000100086&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 04 dez. 2025.

MARTINO, Mayara Kuntz; SOBREIRA, Léia Anselmo; NAKANDACARE, Verônica Cristina De Souza Arrieta. Violência Sexual e Aborto Legal: Possibilidades e Desafios da Atuação Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 1–16, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932023000100303 & tlng=pt. Acesso em: 03 dez. 2025.

MEDEIROS, Robinson Dias de *et al.* Opinião de estudantes dos cursos de Direito e Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre o aborto no Brasil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 34, p. 16–21, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgo/a/wxJg8XCdCwn8PzhWnddqXwg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 dez. 2025.

MELO, Ana Beatriz Lara *et al*. Aborto no Brasil e no mundo: uma revisão integrativa de literatura. **Brazilian Journal of Health Review,** v. 6, n. 4, p. 15272-15280, 2023. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/61569. Acesso em: 17 dez. 2025.

MEYER, Dagmar. Educação, saúde e politização da maternidade: olhares desde a articulação entre Estudos Culturais e Estudos de Gênero. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org.). **Cultura, poder e educação: um debate sobre os Estudos Culturais em Educação**. 1. ed. Canoas (RS): Editora da Ulbra, 2005. p. 145–163.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154–164, 13 out. 2014. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/18875. Acesso em: 11 dez. 2025.

MOROSINI, Marilia; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de Conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 55, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4946. Acesso em: 11 dez. 2025.

PAIVA, Raynna; CARDOSO, Lívia. Análise da produção acadêmica sobre sexualidade e gênero nas práticas educativas de docentes do Ensino Médio: uma revisão sistemática durante o período de 2018 a 2023. **Diversidade e Educação**, v. 12, n. 1, p. 926–950, 12 ago. 2024. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/17404;. Acesso em: 04 dez. 2025.

PARAÍSO, Malucy; CALDEIRA, Maria Carolina (Orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2025.

PAUCAR, Lilian. **Representação da gravidez e aborto na adolescência: Estudo de casos em São Luís do Maranhão**. Tese (Doutorado em Educação) — Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_3318936fc82d1e6915f180e5af505808. Acesso em: 10 dez. 2025.

PEREIRA, Lorena De Brito Marcelino; LABARRERE, Mariane Guimarães; GONZAGA, Paula Rita Bacellar. "Isso é coisa de polícia!". Divergências observadas no acesso aos serviços de aborto legal no Brasil: uma análise feminista decolonial. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 41, p. e22205, 2025. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872025000100205&tlng=pt. Acesso em: 09 dez. 2025.

PEREIRA, Pedro *et al.* Maternal Mortality Due to Abortion in Brazil: A Temporal, Regional, and Sociodemographic Analysis over the Last Three Decades. **Healthcare**, v. 13, n. 8, p. 951, 21 abr. 2025. Disponível em: https://www.mdpi.com/2227-9032/13/8/951. Acesso em: 19 nov. 2025.

PIMENTEL, Renata Macedo Martins et al. The influence of religion on the refusal of legal abortion among brazilian women with pregnancy resulting from sexual violence. **Journal of Human Growth and Development**, v. 35, n. 1, p. 13-24, 2025. Disponível em: http://doi.org/10.36311/jhgd.v35.17293. Acesso em: 17 dez. 2025.

ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza:** contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2021.

RUSCHEL, Angela *et al.* Mulheres vítimas de violência sexual: rotas críticas na busca do direito ao aborto legal. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 10, p. e00105022, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2022001005010&tlng=pt. Acesso em: 2 dez. 2024.

SCHROETER, Mariana Santana. **A temática do abortamento no ensino de enfermagem: entre o senso comum e a consciência crítica**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) — Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/17185. Acesso em: 10 dez. 2025.

SILVA, Anne Patricia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, v. 43, n. 3, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-25822020000300005&script=sci_arttext. Acesso em: 16 de dez. 2025

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIT, Jessica; AIRES, Marinês. Potencialidades e fragilidades na interlocução entre educação e saúde na perspectiva do programa Saúde na Escola: um Estado do

Conhecimento. **Interfaces Científicas**, v. 13, n. 1, p. 158–172, 2025. Disponível em: https://periodicosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/educacao/article/view/12487. Acesso em: 11 dez. 2025.

VIELMO, Paula. **"A legislação não permite, você tá ensinando isso?": uma investigação feminista antirracista sobre aborto no currículo do curso técnico em enfermagem do IFBA - campus Barreiras**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) — Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35447. Acesso em: 10 dez. 2025.

VILLELA, Wilza; BARBOSA, Regina. **Aborto, saúde e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2011.

Recebido em dezembro de 2025.
Aprovado em março de 2026.